

## **Trajetórias estudantis e percepções da escola: visões de jovens estudantes brasileiros sobre sua escolarização e expectativas de futuro profissional**

Máximo Augusto Campos Masson - [maxmasson@ufrj.br](mailto:maxmasson@ufrj.br)

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Suzana Barros Correa Saraiva - [suzanasaraiva@uol.com.br](mailto:suzanasaraiva@uol.com.br)

Universidade Federal do Rio de Janeiro,

Leonardo Fortes Gomes - [leonardo.falecomleogomes@hotmail.com](mailto:leonardo.falecomleogomes@hotmail.com)

Centro Brasileiro de Estudos Latinoamericanos,

Eixo Temático: Estudos Comparados sobre Atores e Grupos

Palavras-Chave: Trajetórias Estudantis; Ensino Secundário; Perspectivas Profissionais

Brasil, Rio de Janeiro

### **1. Introdução**

O trabalho que apresentamos procura analisar como estudantes brasileiros concluintes do ensino médio avaliam suas perspectivas profissionais e/ou acadêmicas, tendo em consideração suas trajetórias escolares. Entre as características do trabalho está o seu aspecto de abordagem introdutória da temática, de modo especial, quanto a possibilidades de comparação dos cotidianos escolares de Brasil e Argentina. Embora resulte de trabalhos anteriores por nós desenvolvidos sobre trajetórias escolares e profissionalização<sup>1</sup>, cujo universo era constituído por estudantes universitários, este texto refere-se a momento inicial de projeto maior de pesquisa, o qual enfoca, particularmente, alunos ainda ingressos no ensino médio.

Temos dois intentos principais. O primeiro, apreender as percepções de jovens brasileiros oriundos de segmentos sociais que até recentemente não tinham acesso concreto, salvo raras exceções, ao denominado “ensino médio” - “secundário” na terminologia argentina - sobre a escolarização que vivenciam. O segundo, comparar as percepções de estudantes brasileiros com aquelas de jovens, ocupantes de posições sociais semelhantes, de países sul-americanos, nos quais o processo de modernização se fez mais significativamente, como é exemplo a Argentina, motivo pelo qual empreendemos algumas considerações de teor comparativo ao final de nossa exposição.

Autores como Giddens salientaram ser o prolongamento da escolarização da população um forte indicador da modernização de uma sociedade, vistos seus efeitos sobre os modos de sociabilidade e de compreensão da realidade que os agentes sociais passam a internalizar. Indivíduos mais escolarizados têm expectativas de futuro pautadas por padrões

culturais tipicamente modernos, em geral incorporados por meio da experiência escolar, que lhes permitem construir suas identidades pessoais e coletivas – e também suas perspectivas de vida como adultos - mediante um “projeto reflexivo”. (GIDDENS, 1991).

No entanto, as trajetórias escolares, se consideradas fundamentais para a conformação de indivíduos modernos, podem, mesmo quando semelhantes, serem objeto de atribuições diversas por esses mesmos indivíduos, especialmente quanto ao seu papel na definição de “futuros possíveis”.

A importância atribuída à trajetória escolar pode, conforme a compreensão que dela tenham os agentes sociais, ser minimizada, sobretudo, quando eles vêm a possuir um grau de escolarização inédito em suas famílias, caso de muitos dos atuais alunos das redes públicas brasileiras. Entre esses, não é incomum, imputar maior relevância a outros fatores do que às suas trajetórias escolares concretas para a definição do futuro.

No Brasil, temos um contínuo aumento da presença de jovens das classes populares no ensino médio, em meio a reordenações da educação escolar<sup>2</sup>, mas não podemos desconsiderar que tal aumento se fez em meio às atribuições econômicas das últimas décadas do século XX, nas quais se intensificaram a informalidade e o desemprego, afora, por decorrência, maiores dificuldades para a obtenção do primeiro emprego<sup>3</sup>.

Assim, colocamo-nos diante de um quadro contraditório. O ensino médio (ou secundário), cada vez mais, é visto como fundamental para o ingresso na economia formal, dados seus efeitos sobre o aumento da capacidade de empregabilidade dos indivíduos. A intensa demanda pelo acesso a este nível de ensino, conforme ilustra o caso brasileiro, é um indicativo expressivo da sua condição estratégica para as possibilidades de concretização de mobilidade social, por possibilitar, a princípio, qualificação mínima e atributos comportamentais, que permitiriam aos seus portadores responder de forma mais positiva às atuais exigências das atividades laborais. Todavia, não podemos estabelecer uma correlação mecânica entre a maior escolarização obtida é a garantia de acesso a ocupações mais qualificadas e, conseqüente, ascensão social. Em períodos de crescente universalização do acesso à escola e prolongamento da escolarização, os modos diferenciados de inserção dos agentes sociais nesses processos podem levá-los a situações aparentemente paradoxais em que os prognósticos de sucesso aventados podem, simplesmente, não se realizarem como esperado.

De todo modo, como assinala Kober (KOBBER, 2009), a conclusão do ensino médio afigura-se como um momento de tomada de decisões pelos jovens. Apresentam-se diversos

cenários de “futuros imediatos”, que podem ser: continuar os estudos em um curso superior; ingressar em um curso técnico-profissional; considerar findos os “tempos de escola” e buscar entrar, de imediato, no mercado de trabalho; procurar articular estudo e trabalho, nem sempre em atividades dentro do campo profissional desejado.

Frente a essas possibilidades, a “escolha” não resulta de desejos ou dons intrínsecos dos estudantes. Ao contrário, variáveis diversas a configuram, como suas histórias pessoais e familiares e, em especial, o *habitus* de classe de que são portadores.

Porém, o reconhecimento de determinantes estruturais na percepção das perspectivas de futuro e na avaliação das trajetórias escolares não nos deve levar a uma compreensão reducionista da realidade social. Devemos atentar para diferenciações resultantes de situações de socialização individuais distintas, mesmo se as diferenças existentes sejam bastante sutis e os envolvidos ocupem posições similares no campo social. É necessário buscar compreender os modos de emprego do “*patrimônio individual das disposições*” como sublinha Lahire (LAHIRE, 2004: 30), ao analisar um cenário escolar, a princípio, bem distinto do encontrável em sociedades sul-americanas.

Como para estudantes pertencentes aos segmentos sociais superiores da sociedade brasileira – e igualmente da argentina - a conclusão do ensino médio também é para os jovens das “classes populares”, alunos de escolas administradas pelos governos dos Estados brasileiros, um momento, mesmo que circunstancial, de definição do futuro. No entanto, distintamente dos primeiros, para grande parte desses jovens essa definição se faz mediada pelo reconhecimento de que a escola não os preparou, de fato, para uma bem sucedida inserção no competitivo mercado de trabalho ou em instituições de ensino superior de maior qualidade, as quais no caso brasileiro – como no argentino – são instituições públicas administradas pelo governo federal ou por governos dos principais estados da federação (provinciais na Argentina).

A frustração frente à escola provoca um “sentimento de engodo”, como afirma Correa (CORREA, 2009) analisando discursos de estudantes pobres de regiões urbanas brasileiras. Tal sentimento é perceptível em falas estudantis que, em afirmações contraditórias, valorizam a escola, idealizando-a como instituição, reconhecendo sua importância na atualidade, mas não atribuindo maior significância, para a obtenção de uma futura carreira profissional, à escola em que efetivamente frequentam ou frequentaram<sup>4</sup>.

Os próprios critérios (desses estudantes ou de seus responsáveis) empregados na escolha da escola freqüentada indicam a “desvalorização da escola real”. Se para segmentos

sociais superiores a seleção fundamenta-se, em geral, no grau de excelência escolar, espelhando visões sobre a escola e as ações dela esperadas, próprias às suas classes de origem, tal não acontece necessariamente com as “classes populares”. Critérios como: proximidade da residência ou do trabalho, possibilidade de obtenção de vaga ou a presença de amigos e familiares na escola podem ser mais importantes. Entre os estudantes por nós estudados, muitos afirmaram que optaram pela escola em que estavam em função de aspectos aparentemente “menores” como não haver falta de professores, algo nem sempre comum em escolas públicas de estados brasileiros econômica e politicamente importantes como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, entre outros.

## **2. O Universo da pesquisa: a escola e os estudantes**

A escola em que estudavam os jovens por nós pesquisados, se localiza em um bairro popular da cidade do Rio de Janeiro, cuja maioria da sua população é constituída predominantemente por camadas mais baixas das classes médias, embora ao seu redor exista um número elevado de “favelas”, isto é, de áreas urbanas degradadas onde residem trabalhadores de baixa renda, cujos filhos, hoje, em parte, se encontram em escolas como a de nosso trabalho.

Construída nos anos quarenta, por uma empresa concessionária de transporte público para os filhos de seus funcionários, ela foi, aproximadamente trinta anos depois, incorporada à rede de ensino estadual. Segundo os critérios da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro vem a ser uma escola de “melhor padrão de qualidade”. Nela estão matriculados, exclusivamente no ensino médio, cerca de mil e novecentos alunos, distribuídos em três turnos ( manhã, tarde e noite). Possui instalações e equipamentos (salas com ar condicionado e aparelhos de DVD, som e computadores) nem sempre encontráveis em outras escolas públicas da região.

Os funcionários administrativos e professores mais antigos relatam a ocorrência, a partir da década de noventa, de uma progressiva e cada vez mais intensa alteração na composição do corpo discente, com maior presença de “alunos das classes populares”, o que teria provocado, de acordo com os mesmos relatos, queda na qualidade do ensino, acompanhada de maior número de atos de indisciplina.

O grupo por nós investigado era composto por 75 estudantes, de 17 a 24 anos, de duas turmas da 3ª série (última do ensino médio) do noturno. Por suas características sociais, eles não diferem da maioria dos alunos de outras escolas da rede estadual dos bairros populares da cidade do Rio de Janeiro.

Todos pertencem a segmentos sociais subalternos, isto é, à classe operária ou a camadas baixas das classes médias urbanas<sup>5</sup>. Salvo raras exceções, residem com seus familiares.

Empregamos como instrumentos de pesquisa questionários semi-abertos e entrevistas, além de técnicas próprias à descrição etnográfica e observação *in loco*. Os questionários destinavam-se aos estudantes e as entrevistas foram realizadas com professores, funcionários, dirigentes e ex-dirigentes da escola, além dos próprios estudantes. Utilizamos dados sobre estes últimos disponibilizados pela escola.

Apesar do alto percentual de estudantes que trabalhavam, inclusive entre menores<sup>6</sup>, é preciso observar que um contingente ponderável (30,7%) não trabalhava. Para estes, a opção pelo estudo à noite resultou de dois fatores principais: estímulo institucional para a transferência para o terceiro turno em função do desempenho escolar<sup>7</sup> e menor oferta de vagas nos outros turnos ou em outras escolas próximas às suas casas.

Se o grau de distorção ou defasagem na relação idade-série escolar não fosse tão expressivo entre estudantes brasileiros, nosso universo abrangeria quase tão somente jovens de 17 (idade considerada pelas autoridades educacionais do país a adequada para a conclusão do ensino médio) ou 18 anos, porém, quase metade - 41,3% - dos entrevistados ultrapassava esta idade.

Apesar de não ser raro encontrarmos situações marcadas por esforços familiares para possibilitar o sucesso escolar de filhos ou parentes<sup>8</sup>, nem sempre esses esforços são comuns às famílias das “classes populares”, por força de razões diversas, que conformam um espectro que vai da escassez de capital econômico e/ou cultural à “implosão” de vínculos afetivos familiares. De modo distinto do geralmente vivenciado por estudantes com baixo desempenho escolar pertencentes a famílias de segmentos sociais superiores, nos quais predomina a valorização da continuidade da escolarização em detrimento da inserção precoce no mercado de trabalho, muitos jovens estudantes das classes populares são claramente pressionados a assumirem como foco primeiro de suas vidas o trabalho e não a escola, notadamente quando o insucesso é a tônica de seus percursos escolares.

Um fraco desempenho escolar é um indicativo, segundo as percepções do senso comum popular, da existência de uma incapacidade própria para os estudos, seja por falta de aptidão intelectual (de “inteligência”), de dom (de “vocaçãõ”) ou de vontade pessoal (de “gosto”). Esta incapacidade, manifesta em atitudes e comportamentos, denotaria a ausência da autodisciplina necessária ao sucesso escolar. E entre o desinteresse pela escola e a opção pelo

trabalho, esta última pode, com bastante facilidade, ser privilegiada não só pela família como pelo próprio estudante.

A importância da inserção no mercado de trabalho ao término da adolescência é expressiva ao verificarmos os dados das famílias dos estudantes que foram objeto de nossa pesquisa.

A maioria dos seus pais ou responsáveis, conforme tabela 02, trabalha como operários (45,3%), estando 76,5% empregados no setor de serviços, atuando em funções de baixa qualificação. Os mais qualificados trabalham, geralmente, em empresas de manutenção e conservação e de alimentos ou são trabalhadores por conta própria.

38,7% dos estudantes pertencem às baixas camadas das classes médias. Desses 58,6% são filhos de assalariados de maior qualificação, atuantes no setor de serviços (militares de baixa patente, gerentes de comércio, professores, entre outros profissionais). 41,4% são filhos de trabalhadores autônomos do setor de serviços (taxistas, representantes comerciais, etc) ou de microempresários (pequeno comércio ou prestadores de serviço, etc).

Tabela 02  
Distribuição dos estudantes segundo posição social

POSIÇÃO DE CLASSE	PERCENTUAL
Operária (setor industrial)	10,7
Operária (setor de serviços)	34,7
Baixas classes médias (assalariados)	22,6
Baixas classes médias (pequenos empresários ou autônomos)	16,0
Não informaram	16,0

Apesar das diferenciações quanto ao pertencimento de classe (com efeitos aparentemente muito sutis, porém significativos, sobre a posse de capital cultural e social), não existem grandes distâncias entre as rendas das famílias, salvo raras exceções. Assim, 24% delas tinham renda igual ou abaixo de 03 salários mínimos e 41,%, aproximadamente, 04 salários mínimos e 24%, superior a 05 salários mínimos.

A maioria dos entrevistados estava empregada (muitos em ocupações informais ou de baixa qualificação), ainda que, no momento de realização de nossa pesquisa, 28% estivessem desempregados. O fator idade parece preponderar sobre qualquer outro no que diz respeito à inserção no mercado de trabalho. Enquanto 45% dos estudantes com menos de 18 anos não trabalhavam, a maioria dos demais (73%) trabalha ou estava desempregada no momento em que foram entrevistados.

A precocidade da inserção no mercado de trabalho parece se vincular fortemente à origem de classe. Dos menores de 18 anos que trabalhavam, 58,3% eram filhos de operários de baixa ou sem qualificação do setor de serviços. 25% se situavam nas baixas classes médias, sendo quase todos (75%) filhos de assalariados do setor de serviços.

Mas se as pressões de ordem financeira recaem com força contínua sobre as classes subalternas, é necessário observar que nem sempre a necessidade de ampliação de renda por parte das famílias de nossos estudantes se traduziu, mecanicamente, em um indiscriminado desmerecimento da importância de se assegurar, do melhor modo possível, a continuidade dos estudos. Se o trabalho pode, como opção principal, se sobrepor à escolaridade, isto não se concretiza sem mediações diversas processadas no interior do espaço familiar. Desta maneira, é preciso atentar para a existência de ações no âmbito familiar, muitas vezes inconscientes, que visam permitir “chances” de sucesso escolar. Essas ações expressam as formas como familiares percebem as funções da escola e constroem suas expectativas, nem sempre concretizadas, quanto à ação desta última sobre seus entes próximos. De modo geral, essas ações, que podem significar uma ampliação pessoal da jornada de trabalho, objetivam postergar o ingresso no trabalho dos estudantes ou minimizar a jornada de trabalho dos que já trabalham.

A ocorrência de ações desse tipo em algumas das famílias desses estudantes contribuiu para que a maioria do grupo estudado, independente de sua posição social, afirmar pretender continuar seus estudos (84%). Estes consideraram ser muito viável a obtenção de um certificado profissional ou diploma universitário e, ao menos tempo, continuar trabalhando. Somente 4% declararam ser muito possível encerrar definitivamente suas atividades educacionais. Neste caso, todos os que assim se manifestaram já trabalhavam e eram filhos de operários, que possuíam apenas o ensino fundamental, não necessariamente completo.

### **3. Trajetórias Escolares e Opções Profissionais**

A quase absoluta homogeneidade das respostas dos entrevistados sobre possibilidades de inserção no mercado de trabalho e construção de uma carreira profissional poderia fazer com que as considerássemos como muito pouco fecundas para nossa investigação, especialmente porque eram afirmações bastante positivas sobre dois assuntos bem valorizados no espaço da escola: o sucesso profissional e continuidade nos estudos. As respostas apresentadas poderiam ser classificadas como adequações a possíveis julgamentos de valor dos entrevistadores, tal como ressaltaram Bourdieu (BOURDIEU, 1983) e Thiolent (THIOLENT, 1987).

Assim, a resposta positiva sobre o desejo de continuar os estudos poderia ser uma forma, implícita, de legitimar a instituição escolar, pois, dessa forma, se afirmaria, mesmo que de maneira não plenamente proposital, o intento legitimador da escola moderna: proporcionar a aprendizagem de conhecimentos necessários à obtenção de posições socialmente consagradas.

Deste modo, em seus comentários, mesmo que críticos sobre sua escolarização, os estudantes reproduziriam a ideologia meritocrática, segundo a qual a educação escolar é o instrumento de mobilidade social, aquele que pode proporcionar ascensão social aos menos dotados de capital econômico, mas dispostos a enfrentar as exigências necessárias ao “sucesso nos estudos”.

Se, como assinala Correa (CORREA, 2009), grande parte dos jovens das classes populares considera a escola como um espaço de experiências de sociabilidade e somente a valere como espaço de aprendizagem formal após o término da vida escolar, ocasião em que perceberiam que através dela poderiam ter obtido conhecimentos e habilidades fundamentais para trajetórias profissionais mais bem sucedidas e socialmente legitimadas, entre os estudantes por nós investigados, a percepção da escola é algo distinta.

Para eles, em sua maioria estudantes e trabalhadores, o trabalho é tema constante de suas conversas, redefinindo, por consequência, o significado da experiência escolar. Apesar de reconhecerem as limitações da escolarização que possuem, suas visões sobre a escola são distintas das de alunos de outros turnos, para os quais o cotidiano do trabalho não é, em geral, a preocupação mais imediata.

Se relações entre escolarização e sucesso profissional são apontadas pelos entrevistados, em especial através de manifestações de desejos de dar continuidade aos estudos para que possam, dessa forma, construir uma carreira profissional distinta da de seus pais ou familiares próximos, quando analisamos suas afirmações sobre o tipo de instituição em que pretendem ingressar, às áreas profissionais desejadas e os possíveis efeitos da sua trajetória escolar sobre essas escolhas, revelam-se, em toda sua força, os determinantes sociais que pesam sobre esses estudantes, sobressaindo os efeitos decorrentes das diferenças de *habitus* de classe e do compartilhamento (ou não) do capital cultural entre a escola e suas famílias.

Incide sobre a definição de suas perspectivas profissionais, o reconhecimento de não serem dotados de uma formação escolar com as características necessárias para empreender uma disputa, em que participem outros agentes sociais mais qualificados, por melhores



colocações no mercado de trabalho. Para eles, estes outros, fatalmente, os superarão, conquistando posições que estão fora de suas possibilidades imediatas, por não possuírem competências e habilidades negadas pela frágil formação escolar de que são portadores.

Ao buscarem ascender socialmente, o fazem segundo suas compreensões acerca de suas possibilidades efetivas, mesmo que seus discursos mistifiquem essas possibilidades mediante o reconhecimento de serem dotados de vocações ou dons inatos, legitimando, inconscientemente, os limites que lhes foram socialmente impostos quanto às possibilidades de apropriação de determinado capital cultural<sup>9</sup>.

A ideologia do dom (BOURDIEU, 1983) legitima a ausência de ações familiares norteadas pelo objetivo de empreender racionalmente a concretização de uma opção profissional para os que integram essas famílias e, assim, lhes possibilitar efetiva mobilidade social. Aparentemente, pela força das pressões que sofrem cotidianamente, em decorrência da sua condição de classe, algumas famílias não conseguem, objetivamente, realizar tal empreendimento<sup>10</sup>.

Se os “possíveis” futuros de seus filhos aparentam decorrer muito mais de forças que estão acima das suas, por sua vez, esses mesmos “futuros” são compreendidos como sendo decorrentes de “características individuais naturais”: o dom, a personalidade, a sorte ou a “força de vontade”. Em outras palavras, as trajetórias individuais são entendidas como resultantes de atributos pessoais inatos ou de um jogo de circunstâncias fortuito, sobre o qual, ao contrário dos socialmente superiores, suas capacidades de interferência são bem mais diminutas. A instabilidade, o imponderável, o acaso (fatores que, por vezes, alimentam sonhos de realização pessoal) são elementos muito mais presentes no imaginário desses segmentos sociais, nos modos como tendem a conceber a realidade e o futuro. Distinguem-se, dessa forma, de outros segmentos sociais, posicionados acima no campo social. Estes avaliam os “futuros possíveis” (suas trajetórias pessoais e de seus familiares) como, sobretudo, produtos de atos racionais e objetivos, de exercícios de autodisciplina aprendidos e praticados mediante processos de socialização que ocorrem tanto no espaço escolar como no doméstico.

Torna-se, portanto, muito mais difícil para os socialmente dominados - por vezes uma tarefa quase impossível - empreender a socialização de seus filhos dentro de parâmetros disciplinares semelhantes aos requeridos no universo escolar, ou seja, promover, no âmbito familiar, dispositivos que possibilitem sucesso escolar similar aos dos que se estão situados em posições socialmente superiores, para os quais o sucesso escolar tende a ser quase “natural”<sup>11</sup>.

Contudo, como estudar tornou-se condição necessária, embora não suficiente, para alcançar a almejada ascensão social, os estudantes por nós pesquisados, ainda que de formas distintas daquelas dos socialmente superiores, conseguiram construir dispositivos para permanecer no universo escolar. Se submetendo a processos de escolarização sabidamente inferiores, introjetaram, percepções sobre a escolarização, que por justamente conterem certa dose de verdade permitiram a concretização da violência simbólica, que, como assinalou Bourdieu, possibilita que se submetam, apoiando-se em crenças coletivas sobre a mobilidade social, mas que, no entanto, são contraditas pela desvalorização dos diplomas escolares passíveis de serem efetivamente obtidos alcançados (BOURDIEU, 2010)

Assim, se a crença na escolarização como fator de mobilidade social lhes foi, indiscriminadamente, inculcada, isto não significa que as interpretações que fazem da realidade sejam idênticas. Diferenças de pertencimento de classe e experiências individuais de situações sociais singulares são vitais para a produção de expectativas sobre o futuro profissional e a percepção de suas trajetórias escolares. Tendo em conta essas considerações, analisamos, mesmo que de forma ainda bastante preliminar, as visões dos estudantes sobre dois pontos importantes para a configuração de suas expectativas profissionais: as possibilidades de continuidade dos estudos e o processo escolha da carreira profissional.

Quanto à continuidade dos estudos nem todos pretendem ingressar em curso superior<sup>12</sup>. Embora desejo da maioria (53,3%), tal alternativa é, para muitos, algo remoto, não imediato. Submetidos a fortes pressões econômicas, alguns estudantes necessitam, com rapidez, superar a ausência de qualificação profissional. Empreendem, assim, uma racionalização de suas oportunidades educacionais, agindo como indivíduos “reflexivos”.

Assim, o ingresso em um curso superior pode ser considerado menos adequado para o sucesso pessoal, tendo em vista a relação entre os esforços para ingressar e permanecer num curso e as perspectivas reais de obter sucesso numa carreira de nível superior. Embora dissimulada pelos discursos sobre dons pessoais ou “vocações naturais”, a racionalização empreendida pelos entrevistados acerca das suas possibilidades de carreira profissional termina fazendo com que optem por alternativas “menos nobres”, nas quais visualizam maiores benefícios materiais.

Entre essas alternativas encontram-se os cursos técnico-profissionais pós-médios ou o ingresso, em postos inferiores, nas forças armadas e na segurança pública. Se a primeira alternativa significa o exercício de uma profissão socialmente reconhecida, porque denota

algum grau de qualificação, a segunda é percebida como uma via rápida para assegurar estabilidade empregatícia e benesses pelo exercício do cargo.

A tabela 3 apresenta o quadro de opções do grupo de estudantes.

Tabela 03 - Distribuição dos estudantes e escolhas profissionais e/ou cursos pretendidos

Cursos/Carreiras	Percentual
Pós-médios(áreas comerciais e/ou administrativas)	08,0
Pós-médios (área industrial)	06,7
Pós-médios (sem informação de área)	05,3
Forças Armadas	12,0
Superiores	52,0
Sem definição de escolha	16,0

Nos candidatos a cursos pós-médios predominam filhos de operários, sobretudo entre os candidatos a cursos na área industrial. Em sua maioria, os que têm esta opção já trabalham, mesmo os menores de 18 anos (20%) e sempre estudaram em escolas públicas.

Seus pais estão empregados em indústrias e suas mães são, em sua maioria, empregadas domésticas ou auxiliares de serviços gerais. Só 20% possuem o ensino médio.

Ao contrário dos estudantes das baixas classes médias que explicitaram ser a maior facilidade de ingresso em cursos pós-médios o principal fator de suas escolhas, esses estudantes sublinharam que suas expectativas decorreriam de dons inatos, manifestos na facilidade para realizar trabalhos “práticos”. Facilidade que não teriam com relação a atividades mais “burocráticas”, onde as habilidades de leitura e escrita seriam mais exigidas.

O apelo aos “dons pessoais” termina por justificar as opções por atividades profissionais que podem ser mais facilmente acessíveis em virtude de menor capital cultural. Em nome de inatas vocações naturais legitimam-se escolhas que provém de trajetórias escolares mais frágeis, o que contribui para a reprodução de seus posicionamentos no campo social, mesmo que essas opções lhes permitam a obtenção de salários mais elevados entre os que são pagos ao operariado brasileiro.

Similarmente, os estudantes filhos de operários que pretendem realizar cursos nas áreas comercial e administrativa, também já ingressaram, em sua maioria (67%), no mercado de trabalho. Cerca de 2/3 desses estudantes possuem 19 ou mais anos de idade.

Seus pais atuam predominantemente no setor de serviços, em funções semi ou não qualificadas. A maioria das mães não exercia nenhuma atividade profissional, se dedicando exclusivamente às atividades domésticas ou a trabalhos ocasionais sem vínculo

empregatícios, mesmo que informais. As famílias desses estudantes são as que apresentavam menor renda.

Os pais desses estudantes possuem baixa escolaridade, tendo cursado (completa ou parcialmente) só o ensino fundamental.

Se existem semelhanças entre as trajetórias escolares desses dois grupos, há diferenças significativas quanto à justificativa para a escolha dos cursos pós-médios. Se os que optam por cursos da área industrial afirmam a posse de dons pessoais, os que optam por cursos de caráter comercial ou administrativo apresentam dois outros argumentos. Os mais velhos (com 19 ou mais anos de idade), ressaltam a maior facilidade de ingresso nesses cursos, demonstrando preocupação em obterem rapidamente melhor posição no mercado de trabalho. Os mais novos, ressaltando as dificuldades de ingresso imediato em curso superior, que seria necessariamente em público, sublinham que esses cursos podem proporcionar o acesso a empregos de melhor remuneração. Ambos os grupos, sinalizam o desejo de se distanciarem de ocupações de menor qualificação e tipicamente “manuais, como as dos seus pais.

Por sua vez, os estudantes pertencentes às camadas mais baixas das classes médias querem, todos, ingressar em cursos pós-médios (22%) nas áreas de serviços (comercial ou administrativa).

A maioria desses estudantes (70%) são filhos de assalariados. Os demais são filhos de microempresários ou profissionais autônomos do setor de serviços. Todos os pais desses estudantes concluíram o ensino médio, sendo que um terço se graduaram em algum curso superior na área das ciências humanas. Só os que não possuíam 18 anos não trabalhavam.

Aspecto importante deste grupo refere-se à faixa etária: 50% possuíam mais de 20 anos. A maior idade indica trajetórias escolares marcadas por insucessos, com significativa defasagem na relação idade/série. Essa situação parece ser responsável pela preferência, ao contrário de parte de seus pais, por cursos técnico-profissionais ao invés de cursos superiores. Esta escolha, especialmente se atentarmos que um terço desses estudantes se encontrava desempregada no momento de nossa pesquisa, também demonstra que eles desejavam uma via rápida para a ocupação de posições mais favoráveis no mercado de trabalho, inclusive em força de sua maior idade. A maioria dos entrevistados considera os cursos pretendidos um caminho fácil para a profissionalização.

Quanto aos estudantes que pretendem uma carreira militar ou policial (12%), predominam os integrantes de camadas mais baixas das classes médias baixas, sendo 60%

filhos de militares de baixa patente (só 10% são filhos de operários)<sup>13</sup>. Todos estudaram sempre em escolas públicas e possuíam menos de 19 anos.

É significativo que esta escolha tenha sido feita principalmente por estudantes das baixas classes médias com maior capital econômico. Quando consideramos os entrevistados, a renda familiar destes é igual ou superior a quatro salários mínimos, mas, com raras exceções, não há – ao menos na forma material dos diplomas escolares – posse de maior capital cultural, dos dispositivos culturais mais valorizados no âmbito da instituição escolar: 60% dos pais só possuem o ensino fundamental.

Esta dicotomia entre a posse de capital econômico e a posse de capital cultural parece contribuir para que esses estudantes optem por uma carreira que, ao mesmo tempo, possibilita um distanciamento da condição de trabalhador manual, assegura uma dada estabilidade profissional, mas não exige os requisitos de excelência escolar próprios a outras carreiras. Como os estudantes de origem operária que desejam realizar cursos pós-médios na área industrial, que, a princípio, também não são igualmente herdeiros das formas de capital cultural socialmente legitimado, a maioria desses últimos estudantes também declarou ser a escolha feita resultante de vocação natural.

Se correlações entre origem social e opções profissionais nos casos mencionados, quando a preferência é o ingresso em um curso superior aparentemente os efeitos do pertencimento de classe parecem ser minimizados.

A preferência, em especial de estudantes de origem operária pelo ensino superior<sup>14</sup> parece à primeira vista, ser paradoxal, pois, se seguirmos as formulações próprias ao senso comum, essa deveria a opção menos provável.

Um primeiro fator explicativo para tal seria o poder de assegurar recompensas materiais e simbólicas, que a conclusão de um curso superior pode vir a acarretar, principalmente numa sociedade como a brasileira, em que o fenômeno do bacharelismo se faz presente ao longo da sua história educacional.

Um segundo fator, que só reafirmaria o primeiro, seria a submissão aos efeitos da inculcação da ideologia do dom, várias vezes reafirmada pelos estudantes em seus discursos. Porém é preciso atentar para o fato de que se a ideologia intervém nas interpretações dos estudantes sobre suas perspectivas profissionais, isto ocorre sobredeterminado por outros fatores, como procuraremos demonstrar, ainda que sumariamente.

Os estudantes situados nas camadas baixas das classes médias justificam suas opções por cursos superiores principalmente de duas formas, o que nos permite dividi-los em dois

grupos, com faixa etária semelhante (em torno de dezoito anos ou menos). O primeiro é constituído pelos que, embora não neguem possível vocação natural para suas escolhas, pretendem matricular-se em instituições particulares, em virtude da avaliação que fazem das suas chances reais de ingresso em uma instituição pública e dos recursos financeiros que eles ou suas famílias possuem para assegurar a permanência no curso. Lembremo-nos que, ao contrário da Argentina, no Brasil o acesso a um curso superior decorre de um processo seletivo, cujo grau de dificuldade se altera conforme as características da instituição que o oferece.

O segundo grupo é dos estudantes que vinculam a escolha de carreira a uma vocação inata e almejam ingressar em uma instituição pública, considerando pouco provável o ingresso em uma privada. Em sua maioria, os pais desses estudantes, ao menos, iniciaram um curso superior, o que faz com que se apresente como “natural”, a opção de realizar um curso superior, mesmo que isto ocorra em instituições ou cursos considerados de menor excelência acadêmica.

Observemos que quase todos esses estudantes objetivam cursos das ciências humanas, notadamente direito e administração ou mesmo licenciaturas. No caso dos estudantes que fizeram essa última opção, eles pretendem ingressar em cursos públicos e consideram a escola de modo mais positivo do que seus demais colegas, demonstrando ter, de alguma forma, ocorrido o estabelecimento de maiores vínculos entre eles e a escola, configurando-se uma apreciação menos crítica de suas trajetórias escolares.

Quanto aos estudantes de origem operária, também podemos alocá-los em dois grupos. O primeiro, constituído por estudantes (32%), de idade superior a 18 anos e que já trabalham. Seus pais, em parte concluíram do ensino médio, estão empregados no setor industrial e suas famílias apresentam maior renda, em torno de 4 salários mínimos. Esses estudantes pretendem também ingressar em um curso superior de uma instituição privada, por motivos iguais aos indicados por seus colegas pertencentes às baixas camadas das classes médias. Observemos que aqui, afora as justificativas em torno do dom, as opções pelo ensino superior parecem ser resultantes da combinação de dois fatores, que se interligam: possibilidades, em algum grau, reais de recursos financeiros necessários para o pagamento dos cursos (em especial os de tecnólogos) e a tendência à ampliação da escolarização de acordo com as gerações que caracterizaria as sociedades modernas, tal como assinalado por Bourdieu (BOURDIEU, 1998).

O segundo grupo é de estudantes entre 17 e 20 anos, que desejam ingressar exclusivamente em instituições públicas, por falta de recursos. Seus pais apresentam menor escolaridade, muitas vezes apenas o ensino fundamental incompleto e a renda familiar é inferior a 4 salários mínimos. Considerando suas trajetórias escolares, a opção pelo ingresso em uma instituição pública aparenta ser, à primeira vista, improcedente, fazendo com que este desejo possa ser compreendido tão somente como a resultante de efeitos combinados na crença no dom pessoal, no esforço pessoal e na percepção da educação superior como mecanismo principal de ascensão social.

No entanto, longe de serem simplesmente improcedentes, suas aspirações também resultam de uma racionalização de suas possibilidades, visto que os cursos pretendidos são os considerados de menor prestígio acadêmico e menos disputados por estudantes de segmentos sociais superiores, tornando, aparentemente, menos difícil a disputa por uma vaga. Esta estratégia não significa, entretanto, que esse grupo de estudantes não se defronta com maiores dificuldades para concretização de seus objetivos de mobilidade social. De modo semelhante aos demais grupos que compõem o conjunto de nosso universo de pesquisa, recaem duramente sobre eles os efeitos negativos decorrentes da posição que ocupam no campo social e das trajetórias escolares que construíram.

Submetidos a fortes pressões econômicas, e sentindo a ausência de uma formação escolar de maior qualidade, os estudantes por nós pesquisados ao empreenderem suas escolhas profissionais, portanto, ao construírem visões de seus “futuros possíveis” oscilam entre realizar tais escolhas a partir de um projeto reflexivo, caracterizado por Giddens como sendo uma marca do indivíduo moderno e a afirmação mais ou menos ingênua de serem dotados de um dom que legitimaria o intento de alcançar seu pretendido sucesso profissional mediante opções cujas exigências se encontram, em grande parte acima de suas possibilidades reais e, deste modo, constroem, inconscientemente, obstáculos para sua própria mobilidade social.

Apenas à guisa de comparações preliminares, observamos que estudos realizados por pesquisadores argentinos, embora em escala quantitativamente mais abrangente, sobre aspirações profissionais e acadêmicas de estudantes do ensino secundário argentino (COZZA E SANTACHITA, 2009), apresentam resultados bastante próximos, descrevendo uma situação que aparenta ser comum às duas sociedades, que apesar dos discursos – e mesmo de alguns esforços institucionais – em prol de uma maior igualdade de oportunidades no campo educacional, não conseguiram empreender a construção de instrumentos político-educacionais

que se contraponham aos efeitos mais socialmente perversos decorrentes das desigualdades de classe, manifestos em distinções de posse quanto ao capital econômico, cultural e simbólico.



## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORON, A. (org.) Las Reformas Educativas em los Países del Cono Sur: Um Balance Crítico. Buenos Aires: CLACSO, 2005

BOURDIEU, P. Questões de Sociologia. Tradução de Jeni Vaistman. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983

\_\_\_\_\_. Escritos de Educação. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (orgs.). Petrópolis: Vozes, 2010, 11ª edição

CARDOZO, N. D. Políticas educativas argentinas en perspectiva comparada. El rol del Estado en la Ley Federal de Educación y la Ley de Educación Nacional. Trabalho apresentado no III Congreso Nacional/ II Encuentro Internacional de Estudios Comparados en Educación, promovido pela Sociedad Argentina de Estudios Comparados en Educación. Buenos Aires, junho de 2009

CONNELL, R. W., ASHENDEN, D. J., KESSLER, S e DOWSETT, G. W. Estabelecendo a Diferença: Escolas, Famílias e Divisão Social. Tradução de Ruy Dias Pereira. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995, 7ª edição

CORREA, L. M. A inconciliável relação jovens, mundo da escola e mundo do trabalho. Trabalho apresentado no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. julho de 2009, Rio de Janeiro, acessível em [http://starline.dnsalias.com:8080/sbs/arquivos/15\\_6\\_2009\\_23\\_21\\_55.pdf](http://starline.dnsalias.com:8080/sbs/arquivos/15_6_2009_23_21_55.pdf)

COZZA, E. N. e SANTACHITA, S. B. Seguimiento de la inserción de egresados del polimodal en la educación superior y el mundo del trabajo. Trabalho apresentado no III Congreso Nacional/ II Encuentro Internacional de Estudios Comparados en Educación, promovido pela Sociedad Argentina de Estudios Comparados en Educación. Buenos Aires, junho de 2009

ELIAS, N. A Sociedade dos Indivíduos. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.

GIDDENS, A. As Consequências da Modernidade. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

GRAMSCI, A. Cartas do Cárcere. Tradução de Noênio Spínola. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, 2ª edição.

INEP. <http://www.edudatabrasil.inep.gov.br>.

IPEA. Editorial. Desafios do Desenvolvimento, nº 3". Brasília: 2009 acessível em [http://desafios.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD\\_CHAVE=7065](http://desafios.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=7065).

KOBER, C. M. Tempo de decidir: produção da escolha profissional entre jovens do ensino médio. Trabalho apresentado no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro, julho de 2009, acessível em [http://starline.dnsalias.com:8080/sbs/arquivos/15\\_6\\_2009\\_14\\_54\\_57.pdf](http://starline.dnsalias.com:8080/sbs/arquivos/15_6_2009_14_54_57.pdf)

LAHIRE, B. Retratos Sociológicos. Disposições e Variações Individuais. Tradução de Didier Martin e Patrícia Chittoni ramos Reuillard. Porto Alegre: Artmed, 2004.

\_\_\_\_\_. Sucesso escolar nas classes populares: as razões do improvável. Tradução: Ramon Américo Vasques e Sonia Goldfeder. São Paulo: Ática. 2008;

MASSON, M.A.C. e SARAIVA, S. B. C. Evasão e Permanência em uma Instituição de Tradição: um estudo sobre o processo de evasão na Escola Politécnica da UFRJ. Relatório de pesquisa. Escola Politécnica da UFRJ, 239 páginas, mimeo, julho de 2003.

\_\_\_\_\_. Trajetórias estudantis em momentos de incerteza: mudanças nas performances acadêmicas de estudantes brasileiros de engenharia em um cenário economicamente recessivo. World Congress on Engineering and Technology Education (WCETE/2004), São Paulo, março de 2004

\_\_\_\_\_. Evasão e tradição: um estudo sobre o processo de evasão estudantil em cursos de graduação de uma instituição brasileira de tradição no ensino de engenharia. XXIII Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia, (COBENGE, 2004), promovido pela Associação Brasileira de Educação em Engenharia (ABENGE), Universidade de Brasília, Brasília, setembro de 2004

MASSON, M.A.C., SARAIVA, S. B. C e SERRA, E. G. Students' Trajectories, Entrance Exams Processes and Pedagogical Practices: a Study on Institutional Practices, Professor-Students Relations and Academic Performance in Engineering Courses. International Conference of Engineering Education 2006 (ICCE 2006), julho de 2006, Universidade de San Juan, Mayagüez, Porto Rico. <http://fie.engrng.pitt.edu/icee2006>.

MASSON, M.A.C., SILVA, A. H. M. da, SILVA, J. V. da C. e SARAIVA, S. B. C. Cálculo e Trajetórias: Um estudo sobre as relações entre docentes e discentes na aprendizagem de Cálculo I e seus efeitos em trajetórias estudantis. XXXVI Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia (COBENGE 2008), promovido pela Associação Brasileira de Educação em Engenharia (ABENGE), Universidade de São Paulo, São Paulo, setembro de 2008.

MASSON, M.A.C. e PEIXOTO, L. F. S. da S. Desejo, Abandono e Capital Cultural: Um Estudo sobre a Evasão Estudantil em Curso de Expansão Recente. Trabalho apresentado no Congresso de Educação Física de Barra Mansa, Rio de Janeiro, promovido pelo Conselho Regional de Educação Física do Rio de Janeiro e Centro Universitário de Barra Mansa, Rio de Janeiro, novembro de 2008.

NAVEIRO, R. M., SERRA, E. G. e MASSON, M.A.C. e Engineering trends to the XXI Century: the approach of Polytechnic School of Federal University of Rio de Janeiro. Trabalho apresentado no Internacional Conference on Engineering Education 2004 (ICEE 2004), Universidade da Flórida, Gainesville, Flórida, EUA, outubro de 2004. <http://succeednow.org/icee/SessionIndex.html>.

NOSELLA, P. A Escola de Gramsci. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1992.

OIT. Global Employment Trends for Youth. Genebra: OIT, 2006, acessível em [http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/--dgreports/--dcomm/documents/publication/wcms\\_077664.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/--dgreports/--dcomm/documents/publication/wcms_077664.pdf).

OIT. Trabalho Decente e Juventude na América Latina. OIT. Brasília: OIT, 2007, acessível em <http://www.oit.org.br/info/downloadfile.php?fileId=306>

SVAMPA, M. Las fronteras del Gobierno de Kirchner: entre la consolidación de lo viejo y las aspiraciones de lo nuevo. *Cuadernos del CENDES*, Año 24, nº 65, Tercera Época. Centro de Estudios del Desarrollo, maio-agosto de 2007

THIOLENT, M. *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária*. São Paulo: Polis, 1987.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> Veja-se: MASSON, M.A.C. e SARAIVA, S. B. C (2003, 2004, 2004b), NAVEIRO, R. M., SERRA, E. G. e MASSON, M.A.C (2004), MASSON, M.A.C., SARAIVA, S. B. C e SERRA, E. G (2006), MASSON, M.A.C., SILVA, A. H. M. da, SILVA, J. V. da C. e SARAIVA, S. B. C. (2008), MASSON, M.A.C. e PEIXOTO, L. F. S. da S (2008) e NAVEIRO, R. M., SERRA, E. G. e MASSON, M.A.C (2004).

<sup>2</sup> Em contexto similar, reformas educacionais ocorreram na Argentina, alterando significativamente não somente a própria estruturação dos níveis de ensino, como os entes responsáveis por esta oferta, como aponta, entre outros, Bóron (Bóron, 2005), Svampa (Svampa, 2007), Cardozo (Cardozo, 2009).

<sup>3</sup> A OIT (OIT, 2006; 2007), informa ser de 13,5% a taxa mundial de desemprego entre os indivíduos de 15 a 24 anos na metade da primeira década do século XXI, havendo cerca de 85 milhões de jovens procurando emprego em todo o mundo. Na América Latina e Caribe, 16,6% da juventude estaria desempregada, sendo que esta situação pode ser agravada pela crise econômica mundial. Se no Brasil, nos últimos anos há indicativos de maiores oportunidades de inserção de jovens no mercado de trabalho formal, esta situação não se repete na mesma intensidade em todos os países da região, como exemplifica a situação argentina.

<sup>4</sup> A tendência à valorização de uma escola idealizada contraposta à desvalorização da escola que realmente frequentaram ou frequentam se faz também presente entre o grupo por nós estudado.

<sup>5</sup> A definição do pertencimento de classe desses estudantes tem por fator preponderante a ocupação profissional do principal responsável pela sustentação econômica da família, seja este o pai, a mãe ou outro familiar próximo.

<sup>6</sup> 54,6% dos estudantes com menos de 18 já trabalhavam ou estavam trabalhando até recentemente.

<sup>7</sup> Segundo o senso comum docente, por serem em grande número estudantes e trabalhadores, não seria cabível exigir maior performance escolar dos alunos da noite.

<sup>8</sup> Veja-se, neste sentido, análises realizadas em cenários nacionais distintos, mas tendo por objeto principal famílias operárias ou das chamadas “classes populares”, como as de Connell (1995) e Lahire (2008).

<sup>9</sup> Somente 24% dos entrevistados reconhecem que a escolha da carreira profissional que pretendem seguir decorreu do fato da mesma ser de mais fácil acesso. 41,3% afirmaram possuir uma “vocação natural” para a carreira profissional em que esperam ingressar e por isto a elegeram, mesmo que essas carreiras não sejam tão socialmente consagradas.

<sup>10</sup> Para uma análise das ações familiares sobre o sucesso ou insucesso escolar das classes populares, veja-se o trabalho de Lahire já mencionado (LAHIRE, 2008)

<sup>11</sup> Gramsci, de modo menos sistemático (GRAMSCI, 1978; NOSELLA, 1992) e Elias (1994), também salientaram as dificuldades das “classes populares” exercerem maior autodisciplina.

<sup>12</sup> Entre os que afirmaram pretender dar continuidade imediata aos seus estudos, 30,2% não pretendem ingressar em cursos superiores.

<sup>13</sup> Embora as expectativas de ascensão social estejam presentes entre os estudantes pertencentes às baixas classes médias, a tendência à autoreprodução e manutenção das posições sociais ocupadas, mesmo que não claramente percebida, é maior do que entre os de origem operária. Isto pode ser observado no desejo dos estudantes que são filhos de militares de seguir a carreira profissional de seus pais.

<sup>14</sup> 56% dos estudantes filhos de pais operários afirmaram dar continuidade imediata aos seus estudos ingressando em um curso superior contra 45% dos estudantes integrantes das baixas camadas das classes